



Apresentação: 16/05/2025 15:14:42.567 - Mesa

PL n.2341/2025

(Do Sr. DR. JAZIEL)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte §13:

§13. Aplicam-se alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno de jogos de tabuleiro físicos.

Art. 2º O Poder Executivo poderá promover a reclassificação de códigos na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e na Tabela de Incidência do IPI (TIPI), com vistas a incluir os jogos de tabuleiro entre os bens culturais e didáticos com tratamento fiscal favorecido.

Art. 3º A Receita Federal poderá estabelecer critérios simplificados para a comprovação do tipo de jogo de tabuleiro, inclusive com base em embalagens, manuais ou descrição do fabricante, independentemente de análise de conteúdo pedagógico específico.

§1º O tratamento fiscal previsto neste artigo não se aplica a jogos de tabuleiro que:



Tels (61) 3215-5705/3705 | dep.dr.jaziel@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Jaziel





Apresentação: 16/05/2025 15:14:42.567 - Mesa

PL n.2341/2025





Em contextos educacionais, terapêuticos, culturais e familiares, os jogos de tabuleiro vêm sendo utilizados com sucesso crescente:

- Em escolas, como recurso pedagógico para alfabetização, ensino de história, matemática, geografia e ciências naturais;
- Em ambientes terapêuticos, no tratamento de transtornos de atenção, espectro autista, reabilitação cognitiva e estimulação de idosos;
- Em bibliotecas, igrejas e espaços culturais, como ferramenta de formação crítica e incentivo à leitura;
- Em famílias, promovendo a convivência saudável, o pensamento sistêmico e o exercício da escuta e da tomada de decisões.

Apesar disso, a legislação fiscal brasileira equipara todos os jogos físicos a brinquedos de sorte ou produtos puramente recreativos, aplicando a eles cargas tributárias excessivas, que podem ultrapassar 80% sobre o valor de importação, encarecendo sobremaneira o acesso a esses bens por famílias, educadores, escolas e bibliotecas.

Ao contrário do que a classificação atual sugere os jogos de tabuleiro não são objetos de consumo descartável ou de apelo meramente comercial. São obras culturais que integram narrativa, design gráfico, lógica estrutural e, muitas vezes, pesquisa histórica e cooperação autoral — elementos típicos de produtos culturais e didáticos.

Este projeto propõe, portanto, incluir os jogos de tabuleiro no mesmo tratamento tributário já conferido a livros e materiais educativos, com alíquota zero de PIS/Pasep e Cofins, e autorização para sua reclassificação na TIPI e na NCM como bens culturais e formativos.

Trata-se de uma medida justa, tecnicamente viável e culturalmente coerente com os princípios constitucionais da promoção da educação, da cultura e da economia criativa.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Dr. Jaziel - PR/CE

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado DR. JAZIEL

Apresentação: 16/05/2025 15:14:42.567 - Mesa

PL n.2341/2025



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 705 | CEP 70160-900 - Brasília/DF

Tels (61) 3215-5705/3705 | dep.dr.jaziel@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://imoi.leg.br/autenticidade-assinatura/camara-deputados/legislacao>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Jaziel



* C D 2 5 8 4 6 7 6 6 0 2 0 0 *